



Alfredo Rizzutti

Ulysses diz que volta com as baterias carregadas para cumprir trabalho na Constituinte

Antes o sistema, depois a eleição, pede Ulysses

Ao deixar o Instituto do Coração (Incor) na manhã de ontem, o presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) disse que ainda é cedo para se realizar eleição para presidente em 88, e que o fundamental é definir o sistema de governo. O então chamado "senhor diretas" disse que volta com as baterias carregadas para a Constituinte, trabalho que pretende fazer "com responsabilidade histórica".

Ulysses Guimarães desceu às 10 horas com a mulher, dona Mora, e o neto, Paulo Ramenzoni, de dez anos de idade, filho de Celina, e seu secretário particular, Osvaldo Manicardi. De ternão de cor bege, bom humor, contou que estava "em ótimas condições de saúde e de ânimo". Acabara de receber telefonema do presidente José Sarney. "Evidentemente, disse, seria melhor que não tivesse acontecido, mas isso foi melhor do que uma gripe. De maneira que as baterias

estão carregadas e vou com um ânimo muito maior para comandar os trabalhos que vão ser grandes e extenuantes."

Declarou que só voltaria a Brasília no fim de semana ou domingo. "Estou coordenando aqui os trabalhos referentes a cinquenta e tantas emendas que foram oferecidas ao regimento. O regimento deverá ser alterado. São 50 emendas, porque na quarta-feira devemos votar essas modificações no regimento, indispensável para que comecemos o trabalho

constituinte." No dia 26, quando José Sarney se ausentar do País, o multipresidente disse que assumirá o seu lugar: "Vou assumir. Eu quero dizer que entendo que o presidente José Sarney não terá, pelo menos da parte do PMDB, nenhuma dificuldade para governar o País".

Pelo que Ulysses soube, não há tratamento médico recomendado: "Nesses dois, três dias, vou tomar algumas medicações que forem indicadas, meramente preventivas, algum tipo de antibiótico, coisa semelhante. Eu já devia ter vindo aqui há mais tempo. Fiquei um ano e meio sem aparecer e eles acham que dentro de seis meses era prudente que viesse, unicamente para fazer um check-up".

As eleições em 88 não estão definidas, disse Ulysses Guimarães: "As eleições só estarão definidas quando a Assembleia Nacional Constituinte assim se manifestar. Nós vamos ver agora como é que se comporta a sociedade, vamos ver o reflexo da sociedade, o movimento sincero e não artificial, para ver o que ela quer fazer". Acrescentou que o feitiço está virando contra o feitiço: "Antes era para ser só para presidente, agora já dizem que é para deputado, senador, governador, prefeito. Daqui a pouco é capaz de alastrar para outras categorias, se é que elas existem aí, em termos de eleição direta".

De acordo com o multipresidente, "o País está cheio de interrogações. Na cabeça de cada brasileiro, do lixeiro até a multinacional fora do

País, existe uma série de interrogações que precisam ser respondidas. Nada pior na vida de uma pessoa, de uma família, de uma Nação do que a hesitação, a perplexidade, a dúvida. Nós temos que votar essa Constituição logo, e eu sou otimista".

Quanto ao tempo para fazer a Constituição, o deputado declarou: "Vamos surpreender a Nação com a brevidade da promulgação da nova Carta constitucional". Disse não ser candidato a presidente, "o candidato é do partido", e que "se o sistema parlamentar for adotado, há uma configuração governamental, que é diferente de um sistema presidencial. De forma que enquanto não acontecer isso, não houver a definição, nós devemos rezar para acertar. Rezar. Nunca fui adepto, mas quando as coisas ficam difíceis, o Adhemar de Barros dizia assim, vamos rezar. No sentido de que realmente escolhemos a forma de governo que melhor convenha ao País. Essa Constituição vai ser uma Constituição contemporânea, moderna, não vai ser gaga, do status que, como a mulher de Lot, que foi olhar para trás e virou estátua".

Durante os quatro dias em que ficou internado, o deputado não se afastou da Constituinte, pois falou por telefone na quarta-feira e ontem com o senador Mauro Benevides, que o substituiu na presidência. O diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, o visitou momentos antes de deixar o Incor.

Petrobrás, disposta a colaborar

A Petrobrás está disposta a trabalhar até 25 horas por dia para atender às necessidades de crescimento do País, disse ontem, no Rio, o presidente da estatal, Ozires Silva, ao comentar a disposição do presidente José Sarney, anunciada anteontem em Parangatu, de realizar nos próximos 15 meses um programa de realidades correspondentes a cinco anos. Destacando ser inaceitável qualquer orientação destinada a implantar programas recessivos no País, Ozires Silva afirmou que "o presidente Sarney encontrará na Petrobrás um interlocutor aberto, disposto a todo es-

forço para ajudar o crescimento econômico" do Brasil.

Também o ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão, acredita na possibilidade de Sarney realizar o programa que promete, desde que não subordine a economia do País ao poder político e adote uma política econômica ortodoxa rigorosa, "que implique acertar tudo, recorrer ao FMI e acabar com as brigas com os Estados Unidos".

Porém isso tudo ficará inviabilizado se for implantado o regime parlamentarista em março do próximo ano, advertiu Brandão, destacando ainda que a adoção de uma política

econômica ortodoxa, sem congelamento de preços e baseada em leis de mercado, será prioritária para que Sarney cumpra suas promessas.

Em Porto Alegre, o vice-presidente da Fiers (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul), Dagoberto Godoy, criticou a intenção do presidente da República de implantar "projetos de duvidosa conveniência" no Norte-Nordeste, "quando nas regiões Centro e Sul estão as melhores condições de investimentos com retorno considerável". Godoy destacou que Sarney "tem que governar o País inteiro, não uma parte dele".

Ibsen adverte para reação às retaliações

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (RS), advertiu ontem em Porto Alegre que, se houver "retaliações" do presidente José Sarney contra os parlamentares da Comissão de Sistematização que votaram pela fixação de seu mandato em quatro anos — e não em cinco, como desejava —, certamente "haverá reações contrárias" do PMDB, além de outros partidos e da própria opinião pública. "Demissões com caráter de retaliação não ajudariam na superação dos problemas havidos no processo de decisão da Comissão de Sistematização e não encontrariam apoio em lugar nenhum. Não teriam boa repercussão nem mesmo no gabinete do presidente".

O deputado gaúcho não quis, todavia, revelar o tipo de reação que o PMDB poderia ter, diante das ameaçadas retaliações. "Só sei que a reação não seria boa."

Ibsen Pinheiro ponderou que o presidente José Sarney pode ter feito ameaças de represália a parlamentares, mas apenas "numa primeira manifestação emocional", logo após a decisão da Comissão de Sistematização, que, além de não lhe dar o pretendido mandato de cinco anos, optou pela implantação do parlamentarismo já a partir de 15 de março de 1988. O deputado considerou que, passado esse primeiro momento, Sarney recuperou a serenidade, "indispensável a todos nós, para superarmos esse episódio".

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados fez questão de ressaltar que Sarney, na realidade, "nunca foi homem de vinganças, de mesquinhas. Não é do seu estilo. É preciso fazer justiça a ele nesse aspecto".

Congresso quer apurar causas da má imagem

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Sob o argumento de que a imagem do Poder Legislativo junto à opinião pública não reflete a realidade dos trabalhos do Congresso Nacional, o primeiro-secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), propôs ontem, na sessão matutina daquela Casa, que sejam apuradas as causas reais que atingem a instituição. Para ele, é importante que o próprio Legislativo enfrente esta questão, já que, a seu ver, o fortalecimento das duas Casas do Congresso está na razão direta da credibilidade dos parlamentares ante a população.

O discurso de Jutahy suscitou intenso debate em plenário. Numa parte, o senador Luiz Vianna Filho (PMDB-BA), referindo-se a uma intervenção anterior do senador João Lobo (PFL-PI), disse que lamentavelmente não tem "pele de elefante" como o representante do Piauí, sensibilizando-se diante das críticas, das injustiças e das acusações, "muitas vezes formuladas até por ignorância", a ponto de os veículos de comunicação destacarem muito mais os

acontecimentos policiais, minimizando os pronunciamentos do Legislativo.

No começo de seu discurso, Jutahy Magalhães lembrou a pesquisa do Instituto Gallup, realizada há dois anos, entendendo que a credibilidade do Poder Legislativo, então situada em último lugar, provavelmente não melhorou. E para que a situação possa evoluir, sugeriu três tipos de ações: uma pesquisa para saber a causa do descrédito; a utilização racional dos recursos de que dispõe o parlamento; e uma nova atitude, menos personalista, que se preocupe com o exercício adequado dos direitos e prerrogativas dos parlamentares.

O primeiro a intervir no discurso de Jutahy foi o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), para quem, de fato, é necessário diagnosticar as causas do descrédito do Legislativo. Lembrou, a propósito, que também o governo está desacreditado.

Já o senador Virgílio Távora (PDS-CE) atribuiu a um equívoco a interpretação de que a má imagem do Legislativo decorre dos 21 anos de regime autoritário. "O mal é muito mais profundo", assinalou, dizendo

ainda que existe muita distorção na imagem levada ao público.

IMPrensa

Ao comentar o tema, o senador Luiz Vianna Filho, evocou a Constituição de 1946, para referir-se à cobertura jornalística daquela época. No Palácio Tiradentes, onde funcionava a Constituinte, no Rio de Janeiro, recordou o senador baiano, "sempre estavam presentes as mais ilustres figuras do jornalismo, como Prudente de Moraes Neto, Carlos Lacerda, Osório Borba, Castelo Branco e Rafael Corrêa de Oliveira". Esses jornalistas, segundo Vianna, informavam ao público o que se passava na Constituinte, dando uma imagem tanto quanto possível real "e até epicomástica, porque lá, como aconteceu aqui na Comissão de Sistematização, havia realmente o propósito de procurar se fazer o melhor para o País. Isso se procurou na Comissão de Sistematização, até porque a futura Carta tem que ser um documento de transação, de acordo e não será jamais um documento sectário, que represente uma determinada ideologia, seja de esquerda, de direita ou de centro. Estamos procurando fazer uma Constituição democrática".

Reale condena estabilidade sem concurso

O jurista Miguel Reale condenou ontem a aprovação pela Comissão de Sistematização do texto do relator Bernardo Cabral que prevê a estabilidade para todos os funcionários públicos, sem exceção, com pelo menos cinco anos de serviço, com ou sem concurso.

"Infelizmente foi inútil a minha preocupação de chamar a atenção dos constituintes para a aberração constante das chamadas disposições transitórias que são, a meu ver, o espelho bem fiel do estado paternalista que se está instituindo no Brasil." Somente assim, prosseguiu o jurista, se explica que com uma penada se tenham estabelecido centenas de milhares de servidores públicos, federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta, com dispensa de concurso somente pelo fato de estarem há mais de cinco anos no exercício interino dessas funções.

"Como professor, um dispositivo desse tipo me causa revolta", prosseguiu Reale. "Principalmente quando é sabido que há quase duas décadas de anos não se realiza concurso nas universidades federais, de maneira que tem uma corte de professores improvisados ostentando títulos destituídos de qualquer valor real, para malefício de sucessivas gerações."

Outro absurdo aprovado pela Comissão de Sistematização foi, segundo Reale, o favorecimento daqueles que aceitam ser vereadores em pequenas cidades sem receber vencimentos, como previsto nas Constituições vigentes. "Agora eles são transformados em mártires, e manda-se contar a seu favor o tempo de serviço para todos os efeitos da aposentadoria, sobrecarregando-se os cofres já depauperados da União, dos estados e dos municípios, assim como do INPS."

Na opinião de Reale, a Zona Franca de Manaus ficou de tal maneira amparada que o legislador ordinário fica tolhido demais, impossibilitado de baixar as regras necessárias para a devida fiscalização. O jurista disse que há outros interesses que se escondem debaixo de leis, de portarias e que têm por objetivo preservar direitos de supostas vítimas da revolução de 64: "Então, é o caso de dizer, é revolução, quantas reparações ilícitas não foram feitas à sua sombra."

Gofredo sugere uma comissão de juristas

Preocupado com as disputas que possam ocorrer no plenário da Constituinte, o professor Gofredo da Silva Telles propôs ontem a criação de uma comissão de cinco constitucionais capazes de escrever a nova Constituição sem interesses políticos e pessoais. Madrugador habitual, o professor passou as primeiras horas de ontem estudando o texto final da Sistematização e chegou à conclusão de que ele se parece mais com um "vasto caderno de apontamentos, um longo e detalhado rascunho", que pode servir de primeiro esboço para a "comissão dos cinco", como ele mesmo a chama.

Segundo o professor Gofredo, o texto aprovado pela Sistematização é "desordenado, desconexo e esparçado", contendo dispositivos inúteis, demagógicos e até superfluos. "Existem inúmeras normas sobre matérias não constitucionais", avalia. Para ele, Constituição deve ser entendida como o estatuto do Estado, que precisa ser elaborado com técnica apurada e extremo rigor — características que se não encontra no texto da Sistematização. "O projeto não exprime uma versão arquetípica do Estado, além de ter uma redação defeituosa e sem nenhuma técnica jurídica", acredita.

Apesar das críticas, o professor Gofredo encontrou uma série de pontos positivos no texto constitucional: "Ele contém um amplo repertório de anseios da população. Na verdade, é rico em informações". Mas não é uma Constituição como o professor a concebe. "Então, está na hora de o Brasil realmente escrever uma Constituição", afirma. Para que isso seja possível, na sua opinião, é preciso que se deixe de lado os interesses particulares, "os anseios fisiológicos dos donos do poder e as fantasias dos demagogos". "Estamos vivendo um

momento delicado e é preciso ter prudência. A Carta deve basear-se na realidade nacional e ser escrita por pessoas de extrema prudência que sempre viveram pensando na organização do Estado", garante.

A COMISSÃO DOS CINCO

Segundo o professor Gofredo, uma comissão extraconstituinte neste momento acalmaria os ânimos e deixaria de lado os interesses de grupos. Ele tem até a sugestão de cinco nomes para ela: Fábio Konder Comparato, Seabra Fagundes, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, José Carlos Moreira Alves e José Afonso da Silva. Essas pessoas — ou outras —, na sua opinião, poderiam redigir um texto constitucional em 30 ou 40 dias, enquanto o Congresso Nacional cumprisse suas funções normais. "Também evitaríamos que o presidente governasse por decretos-lei todo esse tempo", explica.

A "comissão dos cinco" proposta pelo professor Gofredo teria de basear-se, principalmente, no texto da Sistematização, mas deveria utilizar outros trabalhos que ele considera muito importantes: a Constituição de 1946, o projeto elaborado pelo professor Fábio Comparato em 1986, o projeto do Instituto dos Advogados de São Paulo, de 1986, e as propostas de reformulação constitucional da Associação dos Advogados, também de São Paulo, preparadas em 1978.

Desse trabalho, entende o professor, sairia um texto constitucional enxuto em que as questões mais específicas seriam deixadas para a legislação ordinária. "Finalmente, como a sociedade está sempre evoluindo, seria mais fácil, eventualmente, alterar a lei e não a Constituição", acredita. Em seguida, segundo a proposta do professor, esse trabalho — "técnico e isento" — iria à votação em plenário.

Procuradores querem assessorar deputados

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

Facilitar a elaboração das constituições estaduais, que, com a promulgação da nova Constituição do País, começarão a ser redigidas no próximo ano, é o objetivo do encontro que reúne, até hoje à noite, procuradores-gerais de 13 estados brasileiros, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, em Porto Alegre.

Os procuradores pretendem assessorar os constituintes dos estados que, em média, terão seis meses para adaptar as Constituições dos estados à nova Carta Magna do País.

"Estamos tentando fazer uma análise dos problemas futuros, para, na medida do possível, auxiliar os constituintes a evitá-los", argumentou o procurador-geral do Rio Grande do Sul, Manoel André da Rocha, lembrando que duas preocupações marcaram os debates de ontem: "Saber até que ponto será rígida ou não a observância da nova Constituição federal", e como elaborar as leis or-

gânicas dos municípios, previstas no anteprojeto aprovado pela comissão de Sistematização. De acordo com André da Rocha, o Rio Grande do Sul poderá prestar uma "valiosa colaboração" aos demais estados do País, já que é o único estado onde cada município tem a sua própria lei orgânica.

O procurador-geral de São Paulo, Sérgio João França, revelou que procuradores do estado vêm prestando uma "assessoria informal" há alguns meses à comissão da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado peemedebista Luis Carlos Santos, que está preparando a elaboração da nova Constituição do estado, em vários aspectos do processo legislativo. "O nosso interesse é o de que seja alcançado um texto correto do ponto de vista jurídico", observou, ao anunciar, para isto, a realização, nos próximos dias, de um painel de debates com o texto do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização entre deputados e procuradores do estado ligados à área constitucional.